

Reflexões sobre a Preservação do Patrimônio Cultural*

Suzanna Sampaio



... o sentido profundo de uma obra só se atinge ao final de sua leitura e a compreensão da cultura de uma época, quando ela se cumpre... assim como a Coruja de Minerva que levanta vôo ao anoitecer...

Hegel - Filosofia do Direito

O conceito filosófico que o Humanismo Renascentista conferiu ao homem como centro do universo, substituindo o teocentrismo medieval, propôs a “*Urbis*” como portadora do “*spiritus loci*” da passagem das gerações. Assim considerada, a cidade é o tema central de todas as disciplinas que trabalham com Patrimônio Cultural e é, em sua totalidade, um *documento histórico*. Os centros históricos concentram em seu núcleo quase todos os monumentos tombados que exigem, para relatórios completos, investigação e análise das funções setoriais urbanas. Assim, a organização social, os bairros, as moradias e os habitantes, a infra-estrutura, o tráfego, o transporte e a circulação, o trabalho, o comércio e os espaços de cultura e lazer, obrigatoriamente, integram os estudos de manutenção, intervenção e restauro efetuados pelos órgãos

públicos, muitas vezes apoiados por organizações não-governamentais.

A idéia de preservação dos testemunhos da Humanidade desde a sua Pré-História remonta a tempos imemoriais. Considera-se que os monumentos mortuários – *mementum* – pré-históricos traduziam o desejo espiritual dos primeiros grupos humanos sedentários fixados às margens dos grandes rios de todo o mundo, de perpetuar a sua memória.

Nesse sentido, o ICOMOS – *International Council on Monuments and Sites* – instituído em 1965, remonta, com seus mandamentos, às origens da Humanidade.

Da Era Megalítica aos Tempos Modernos, precederam-no no transcurso dos séculos, no Oriente, Ásia (antes de Cristo). Em Roma, no século I d.C., Vitruvius *De Architectura*, e também nesse contexto *As Sete Maravilhas do Mundo*, elencadas

* O presente texto apresenta o resumo de reflexões que precedem uma publicação em curso, cuja finalidade é associar a salvaguarda do Patrimônio Cultural, às guerras hegemônicas de destruição e às realidades econômico-sociais contemporâneas, impeditivas da compreensão do valor dos testemunhos históricos de todas as Nações.

pelos gregos, podem ser consideradas como ancestrais da Lista do Patrimônio Mundial Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura - 1972.

Se é verdade que o Patrimônio Histórico e Artístico foi sempre valorizado e, com acentuada ênfase a partir do Renascimento, foi somente no século XIX que surgiram os fundamentos para a valorização dos bens históricos urbanos. De fato, foi nesse século que se começou a publicar e difundir, as teorias dos fundadores do pensamento condutor das intervenções em cidades antigas do continente europeu: John Ruskin (Inglaterra), Haussmann (França), Camillo Sitte (Viena) e Le Corbusier (França).

John Ruskin estabeleceu a *Dimensão Sagrada da Cidade*. Para ele a construção antiga e o tecido urbano implantados através da História são intocáveis, semidestruídas ou em ruínas deviam ser mantidas como monumentos eternos, mesmo cercados por construções recentes. Contrário a essa teoria, Haussmann remodela Paris, destruindo os velhos *quartiers* deteriorados, obtendo conjuntos de grande harmonia, cuja visão estética impressionou outros teóricos da época como Camillo Sitte. Criando o conceito de *Cidade Museu* em sua *Arte de Construir Cidades* propunha manter íntegra a beleza dos monumentos antigos, sem ignorar a metamorfose urbana, e desta maneira estabelecia harmonia entre todos os momentos de qualidade artística. A concepção urbana de Sitte, suas idéias avançadas e claras expostas no final do século XIX constituíram o ponto de partida, para a elaboração das Cartas Internacionais - Veneza, Atenas I e as mais recentes de Quito e Washington entre outras. O ideário profético do arquiteto, engenheiro e historiador da arte de nacionalidade vienense, constituiu a base da polêmica entre tradicionalistas e modernistas e entre esses últimos, Le Corbusier. Entretanto, no Brasil, os modernistas estiveram na vanguarda da criação do Serviço do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional - SPHAN - assim como Mário de Andrade e Lucio Costa entre outros.

A síntese da História Contemporânea da Preservação dos Monumentos, Sítios e Centros Históricos pode ser lida, em *Stória del'arte comme stória della città* de Giulio Carlo Argan. Exemplos modernos de reabilitação e restauro, bem sucedidos e apoiados desde 1990 pelo Conselho da Europa, abrangem quase todos os países da Comunidade européia e chegam como esperança e modelo às cidades do continente ibero-americano.

A preocupação com a preservação das cidades brasileiras tem sido a de objetivar planos diretores onde o planejamento urbano, contemple usos que sejam o reflexo do universo plural da atividade humana. A Constituição Federal obriga, no parágrafo 1º do Art. 182, cidades com mais de vinte mil habitantes à elaboração de plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

Todavia não há planejamento suficiente para barrar as construtoras e empreiteiras que conseguem, por diversos métodos, alterar Leis de Zoneamento quando a valorização territorial é vantajosa, e o lucro é imperativo absoluto. Neste particular, a Cidade de São Paulo é exemplo veemente do adensamento vertical desorganizado do crescimento demográfico provocado pela migração ininterrupta e pelo crescimento da miséria e da violência, nas áreas onde foram rompidos os limites ruro-urbanos.

Outras cidades no Brasil vêm sofrendo degradação progressiva, mas a história da sua evolução urbana, dos seus principais marcos edificados, as Festas, os Usos e Costumes persistem na memória dos cidadãos com o significado muitas vezes original.

Destruição tão completa, como a paulista, só é encontrada nos centros atingidos pelas guerras do século XX, que infelizmente ainda se repetem.

Patrimônio é valor e o Patrimônio Histórico é o valor atribuído ao conjunto de símbolos e

sinais que revelam no passado os fatos, os feitos, os momentos, os perfis decisivos, na formulação e edificação do presente. O Brasil – vale repetir – é hoje o mais importante país do continente, o que necessariamente deve ter o mais valioso Patrimônio Cultural. É o que precisamos reconhecer e tornar público com coragem e ousadia. É, portanto, imprescindível e urgente valorizar São Paulo, cuja história pretérita jaz sob toneladas de concreto. Repensar nossa maior cidade é recordar o curso da economia brasileira em expansão e depressão, o caminhar das lutas sociais, às vezes sangrentas e esquecidas dos trabalhadores, o desenrolar da expansão geográfica, os surtos migratórios e o gigantesco fluxo dos estrangeiros aqui chegados, cuja multiplicidade dos costumes e gêneros de vida marcaram com suas características bairros inteiros. A saga da conquista do Território Nacional, que envolveu as primeiras gerações nascidas no Brasil, os primórdios da industrialização e da mecanização da agricultura e a construção das ferrovias são epopeias cujo registro é fundamental.

A memória material perdida, porém, existe na sua dimensão intangível, no magnífico acervo fotográfico da Divisão de Iconografia e Museus da Cidade de São Paulo, e nos relatórios arqueológicos de norte a sul do nosso imenso território.

Os arquivos das dioceses, dos cemitérios, das universidades, do Exército Brasileiro, à disposição dos estudiosos, são a possibilidade de res-

suscitar o espírito monástico de investigação da verdade. É preciso lembrar – foram os manuscritos conventuais que permitiram a recuperação e o entendimento do pensamento Escolástico Medieval, clareando para as gerações posteriores, a luz de uma época que erroneamente se qualificava de trevas.

Os documentalistas contemporâneos, que utilizam a tecnologia mecânica, como sucessores dos antigos escribas, têm como função, fixar na memória e trazer à consideração do presente, a visão abrangente do imenso acervo de tudo aquilo que contribuiu para sermos o que somos.

E deixemos que o futuro, com a implacável revisão de seus critérios, jamais possa dizer que fomos negligentes.

Suzanna do Amaral Cruz Sampaio – Licenciada em Geografia e História. Pontifícia Universidade Católica do Instituto “Sedes Sapientiae” – 1956 – São Paulo.

Pós-graduada em História Diplomática do Brasil pela Universidade de Edimburgo (Escócia 1970-1974).

Advogada – OAB/SP 76 604. Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – Universidade de São Paulo – 1979 – 1983.

Foi professora titular de História Geral e do Brasil do Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo – 1966-1970 e também professora de Deontologia das Comunicações Culturais da Faculdade Anhembi-Morumbi de 1983 a 1989.

Foi diretora do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo, de 1985 a 1986 (Governo de Mario Covas) e Superintendente da Autarquia do Artesanato Paulista – SUTACO de 1987 a 1990.

É membro associado do ICOMOS/BRASIL e, nesta qualidade, representa o Brasil, no Conselho Executivo Internacional (Paris) sendo também membro da Comissão do Patrimônio Mundial do ICOMOS.

Atualmente é conselheira do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, vice-presidente do Museu Brasileiro da Escultura em São Paulo e diretora de Comitês Temáticos do ICOMOS/BRASIL.

Bibliografia

ARGAN, Giulio Carlo. *Stória dell'arte comme stória della città*. Roma: Riuniti, 1985.

BENÉVOLO, Leonardo. *A cidade e o arquiteto*. São Paulo: Perspectiva, 1984.

BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular*. Petrópolis: Vozes, 1972.

CERVELLATI, Pier Luigi. *Il ruolo dei centri storici de pianura nel quadro regionale*. In: Bologna Centro Storico, Alfa, 1970.

CIDADE. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, 1994, Rio de Janeiro.

GRÜNEWALD, José Lino et al. *Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas – Textos escolhidos*. Victor Civita, 1983.

HEGEL, G. W. Friedrich. *The History of Philosophy*. Dover, USA, 1956.

JAMESON, Fredric. *Espaço e imagem*. UFRJ, 1995.

MARX, Murilo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1986.

RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

ROUANET, Sergio Paulo. *A razão cativa*. São Paulo: Brasiliense, 1985.